

## INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO ENSINO REGULAR<sup>1</sup>

### INCLUSION OF CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD) IN REGULAR EDUCATION

Gabriela Santos Rocha Resende<sup>i</sup>

**RESUMO:** O presente artigo apresenta uma pesquisa voltada a compreender como ocorre a inclusão da criança com Transtorno do Neurodesenvolvimento do Espectro conhecido como Transtorno do espectro autista (TEA). A metodologia baseou-se em abordagem qualitativa, por meio da análise de entrevistas realizadas com três professoras da primeira fase da Educação Infantil de uma Escola Municipal, no primeiro semestre de 2022. Analisou-se que as professoras encontraram algumas dificuldades em lidar com as características do transtorno e que precisam estar fundamentadas em uma linha de pensamento (currículo pedagógico) que oriente sua prática pedagógica para realizar o ensino de modo a oferecer ao aluno a possibilidade de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Transtorno do espectro autista. Inclusão. Ensino regular.

**ABSTRACT<sup>2</sup>:** This paper presents a research aimed at understanding how the inclusion of children with Neurodevelopmental Spectrum Disorder known as Autistic Spectrum Disorder (ASD) occurs. The methodology was based on a qualitative approach, through the analysis of interviews with three teachers of the first phase of Kindergarten in a Municipal School, in the first semester of 2022. It was analyzed that the teachers found some difficulties in dealing with the characteristics of the disorder and that they need to be based

<sup>1</sup> Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **A INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA SALA DE AULA DE UMA ESCOLA INFANTIL**, sob a orientação da Profa. Dra. Edneuzza Alves Trugillo, Curso de Pedagogia, Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem (FACHLIN) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário de Sinop, 2022/2.

<sup>2</sup> Resumo traduzido por Priscila Ferreira Alcício, Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Mato Grosso (PPGEL-UFMT), graduada em Letras Português/Inglês pela Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT). *Curriculum Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/8989076509654680>. E-mail: [priscila.f.a.lettras@gmail.com](mailto:priscila.f.a.lettras@gmail.com).

on a line of thought (pedagogical curriculum) that guides their teaching practice to carry out the teaching in order to offer the student the possibility of development.

**Keywords:** Autistic Spectrum Disorder. Inclusion. Regular Education.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de uma pesquisa que teve por finalidade compreender como ocorre a inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sala de aula de ensino regular. O Transtorno do Neurodesenvolvimento do Espectro (TEA), conhecido como Autismo, se caracteriza por dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos repetitivos e restritos.

Na metodologia, a abordagem qualitativa, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com professoras atuantes na primeira fase da Educação Infantil em uma Escola pública de Sinop, no ano de 2022.

A instituição escolar tem papel importante na investigação diagnóstica, pois é o primeiro lugar de interação social do aluno no qual inicia seu contato na escola regular, apresentando maior dificuldade em se adaptar às regras sociais. Considerando as dificuldades de aprendizagem da criança autista, o nível de desenvolvimento se torna gradativo.

A seguir, apresenta-se o referencial teórico, a metodologia, os resultados e as considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Aspectos históricos

Orrú (2012), apresenta o estudo do psiquiatra austríaco, Leo Kanner, residente nos Estados Unidos, médico do departamento de psiquiatria infantil do Hospital Johns Hopkins, que publicou, por volta de 1943, o artigo intitulado: Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo. Neste artigo, descreve o caso de onze crianças com quadro de autismo severo, marcado por características de obsessividade, estereotípias e ecolalia bem acentuados. Outro traço importante percebido por Kanner em seu estudo foi que o distúrbio afeta a interação da criança com seu ambiente, e pessoas desde o início de sua vida.

Os traços apresentados pelo grupo de crianças observado por Kanner eram, de acordo com Orrú:

Incapacidade para estabelecer relações com as pessoas, um vasto conjunto de atrasos e alterações na aquisição e no uso da linguagem e uma obsessão em manter o ambiente intacto,

acompanhada da tendência a repetir uma sequência limitada de atividades ritualizadas. (2012, p. 19)

Segundo Cunha (2012, p. 20), “o termo ‘autismo’ deriva do grego ‘autos’, que significa ‘por si mesmo’ e, ‘ismo’, condição, tendência”. As crianças observadas pelo psiquiatra austríaco apresentavam as características de isolamento, igualmente demonstrada pelos esquizofrênicos, dando a impressão de que eles estavam presos em si mesmos. Porém, o diferencial era que no autismo esta condição já estava presente desde tenra idade.

A partir dos estudos de Kanner surgiram outros pesquisadores que tentaram encontrar a etiologia desta síndrome, passando a registrar suas ideias sobre a origem do Autismo e formando seus conceitos a partir de suas experiências no cuidado dessas pessoas. Autores, estes, abordados a seguir.

O médico vienense, Hans Asperger, apenas um ano após a publicação do trabalho de Kanner, divulga seu artigo em 1944, intitulado “Psicopatologia autística na infância”. Ao contrário de Kanner, ele não especula a atribuição da causa do autismo como de ordem psicodinâmica, ele atribui a causa do autismo a uma deficiência biológica, especialmente genética (BRASIL, 2013, p. 25).

Porém, o trabalho de Hans Asperger permaneceu desconhecido até meados de 1980, quando Lorna Wing, desterra os artigos de Asperger, e passa a estabelecer semelhanças entre os dados obtidos pelo grupo de crianças estudadas por ele, e os estudos que estavam sendo produzidos nos Estados Unidos e Inglaterra. Ela reconhece que ambos os estudos apresentavam pontos em comuns basicamente a mesma tríade sintomática.

De acordo com Brasil (2013), Lorna, em um de seus artigos descreve o conceito de espectro autista, que será adotado para se referir a sintomatologia presente no transtorno, e seu trabalho contribuiu para incorporar a Síndrome de Asperger ao Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD), que passou a constar na classificação psiquiátrica.

De acordo com Orrú (2012) o autismo atualmente é considerado como:

Uma síndrome comportamental com etiologias múltiplas e curso de um distúrbio de desenvolvimento [...], é uma disfunção orgânica e não um problema dos pais [...] e é de origem biológica. (p. 21)

Silva (2012), salienta esta nova perspectiva sobre o autismo como sendo de fatores originadores e de desenvolvimento, respaldados nas neurociências, cujo estudo tem demonstrado:

Que indivíduos com autismo aparentam ter dificuldades na área cognitiva de funções executivas. Essas funções são um conjunto de processos neurológicos que permitem que a pessoa planeje coisas, inicie uma tarefa, controle-se para continuar na tarefa, tenha atenção e, finalmente, resolva o problema. (p. 41)

É preciso romper as barreiras construídas acerca do novo para que a inclusão seja realmente viável. O questionamento configura a ferramenta que provoca essa revolução, em prol dos avanços científicos e socioculturais a fim de que o mundo tenha menos desigualdade e seja capaz de abraçar a diversidade, oferecendo a ela oportunidade para desenvolver sua cidadania.

## 2.2 Aspectos escolares

A educação inclusiva é marcada por leis e diretrizes que conduzem os educadores no seu exercício pedagógico a atuarem dentro das limitações características apresentadas pelos diferentes transtornos. Desta forma, o indivíduo com deficiência, passa a ser visto através de seu quadro diagnóstico e não enquanto indivíduo (ROZEK, 2009).

A educação inclusiva se refere aos alunos com necessidades especiais matriculados no ensino regular, promovendo ensino dinâmico seguindo o padrão de adaptação e oportunizando uma educação de qualidade conforme a limitação do aluno.

Segundo a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência artigo 24, inciso I do decreto N° 3.298/99:

§ 1º Entende-se por educação especial, para os efeitos deste Decreto, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educando com necessidades educacionais especiais, entre eles o portador de deficiência.

§ 2º A educação especial caracteriza-se por constituir processo flexível, dinâmico e individualizado, oferecido principalmente nos níveis de ensino considerados obrigatórios.

O aluno com Transtorno do espectro autista (TEA), pé dispõe de dificuldades para realizar as atividades que desenvolve interação social, portanto professor fica responsável para o progresso desse aluno. Segundo o Manual Diagnóstico e Estático do Transtorno Mentais (DSM-5, p.50) o Transtorno do Espectro Autista são déficits na comunicação social e na interação social em múltiplos contexto.

O ambiente escolar se compõe por meio de relação social, no qual o aluno se torna pertencente a esse universo, no entanto, o professor do ensino regular deverá ser flexível, desenvolvendo competências para adaptar o aluno com necessidades especiais no seu plano diário.

Conforme o Ministério de Educação:

Art.18 § 2º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. (BRASIL,2001)

Para tanto, o professor irá relacionar com o aluno para adaptar os recursos e estratégias a serem aplicados de maneira que melhore o desempenho da criança, ampliando as possibilidades dos materiais pedagógicos acessíveis conforme a aceitação desse aluno. De acordo com SANINI e BOSA (2015, p.174),

Acredita-se que a noção de “aceitação do aluno”, por parte do professor, parece depender de vários fatores, tais como: a sua formação, as políticas de inclusão, a concepção de deficiência e de autismo que possui e, também, do tipo de relação que se propõe a estabelecer com o aluno: se com os seus “sintomas” ou com a criança que constitui este aluno. Optar por uma ou outra forma de se relacionar parece fazer diferença no trabalho do professor junto a este aluno.

De acordo com Mantoan (2006, p.36) “Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um”.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada é a qualitativa, com o objetivo de identificar a inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas regulares do Ensino Infantil da rede pública.

A pesquisa foi realizada a campo referindo-se ao ambiente escolar, através da intenção de obter os dados da investigação para pesquisa com clareza e compreensão sobre a inclusão das crianças com TEA nas escolas públicas. A pesquisa foi realizada com a colaboração de quatro professoras do ensino regular da rede EMEI do município de Sinop-MT, no primeiro semestre de 2022. O modelo utilizado foi um questionário com 10 (dez) perguntas abertas, sendo entregue e cinco dias após recolhido analise dos resultados.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para realizar a análise dos dados optou-se pela análise qualitativa, que como descreve Guerra (2006), caracteriza-se pela sua maleabilidade e amplitude interpretativa, o que favorece o aprofundamento do pesquisador sobre o tema. E que, portanto, é diferente do foco restrito de análise proporcionado por uma pesquisa de caráter quantitativo.

**PERGUNTA 1:** Como ocorre a inclusão dos alunos com Transtorno do Neurodesenvolvimento do Espectro conhecido como Transtorno do espectro autista (TEA)?

(1) **Professora A:** Sim, tenho um aluno autista e foco muito na questão da inclusão dele dentro da sala de aula para que ele se sinta igual aos outros.

(2) **Professora B:** Sim. Desde que haja um treinamento que nos capacite para trabalharmos de forma adequada com essas crianças.

(3) **Professora C:** Depende muito do grau de cada autista.

(4) **Professora D:** Sim, A inclusão ocorre desde o momento em que o aluno é matriculado e começa a rotina escolar, as atividades são elaboradas de acordo com a demanda da sala de aula, mas com a adaptação para o aluno aspecto.

**PERGUNTA 2:** Quais são os desafios na inclusão dos alunos Transtorno do espectro autista (TEA) no ensino regular nas escolas públicas?

(5) **Professora A:** O desafio maior é na falta de preparo por poucas formações e também com o número grande de aluno em sala de aula o que dificulta uma maior atenção aos alunos que precisam de mais atenção.

(6) **Professora B:** A inclusão do autista nas atividades diária, pois nós professores não possuímos formação o suficiente para lidar com essa deficiência e não dispomos de materiais adequados.

(7) **Professora C:** O maior desafio é a falta de conhecimento do que é autismo, que dificulta na hora de ensinar a criança, até porque cada criança tem seu tempo de aprendizagem que pode ser ou não por conta do autismo.

(8) **Professora D:** Os desafios enfrentados são os alunos sem diagnósticos, pois nós professores já temos uma base de que o aluno já tem alguns traços do aspecto autista, é repassado aos cuidadores, porém há demora para elaboração do laudo, perdendo muito tempo. Após o diagnóstico é somente a adaptação desde aluno a turma.

**PERGUNTA 3:** Descreva quais as medidas podem ser tomadas para melhorar o atendimento e a inclusão dos alunos autistas nas escolas?

(9) **Professora A:** Um melhor preparo na formação, com informações práticas para trabalhar com estes alunos.

(10) **Professora B:** Adaptar as instalações para que o estudante se sinta menos distante e arredio (sala de aula que não tenha muitos estímulos visuais; identificar os objetos e as tarefas que mais despertem interesse ao pequeno; colocá-lo em um local que tenha o mínimo de ruídos externos (se possível), oferecer treinamentos para os profissionais.

(11) **Professora C:** Primeiro dar um treinamento específico para os professores que na maioria das vezes não tem auxiliar na sala de aula, depois a secretaria de educação e a secretaria de saúde trabalhar em parceria para que alunos consigam atendimento com um especialista de forma gratuita, para que assim tenham como enfrentar um pouco melhor o problema e a escola consigam encaminhar esses alunos a um futuro um pouco melhor.

(12) **Professora D:** As melhores medidas a serem tomadas para melhorar o atendimento do aluno aspecto autista é ter disponível em sala uma auxiliar independente se já tiver o diagnosticado ou se já aparenta traços. Para o melhor atendimento a este aluno é ter vários recursos disponível a ele, pois a maioria das vezes a escola não disponibiliza e fica por conta do professor, porém em parceria com os profissionais multidisciplinar o atendimento seria melhor e humanizado.

Ciente do Decreto no 6.094/2007 que regulamente e delimita o trabalho do professor em prol da inclusão e do desenvolvimento da criança, a realidade institucional, emocional, e a expressa pelo aluno com autismo, pode apresentar uma realidade distante daquelas que as leis determinam para promover a educação do aluno com autismo. Portanto, faz-se necessário averiguar se os professores estão aptos a incluir tal demanda e educá-las adequadamente.

De acordo com Paulon, Freitas, e Pinho (2005, p. 9):

Um pressuposto frequente nas políticas relativas à inclusão supõe um processo sustentado unicamente pelo professor, no qual o trabalho do mesmo é concebido como o responsável pelo seu sucesso ou fracasso. É claro que a aprendizagem dos alunos é uma das metas fundamentais, não só dos professores, mas de todo o profissional que esteja implicado com a educação e, sem dúvida, uma prática pedagógica adequada é necessária para alcançá-la.

Com tais afirmações do autor, acredita-se que o professor para estar apto para receber a demanda de alunos com autismo, gerada pelo processo de inclusão na Rede Municipal de Ensino, deve receber formação específica teórica e prática, para lidar com as situações do dia-a-dia. Diante desta dimensão, ele poder gerir adequadamente a série de dificuldades enfrentadas na prática pedagógica com a criança com autismo.

Os relatos das professoras demonstram que a inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sala de aula de ensino regular, ocorre, porém, com grande dificuldade de adaptação e recursos na sala de aula e necessitando de curso de formação para os profissionais da educação.

O profissional que trabalha com educação especial deve se bom professor: qualificado, dono de um saber reconhecido socialmente, e competente no seu métier. Além disso, há de ser também um profissional voltado para as práticas sociais vigentes, dotado de uma consciência lúcida. (CARTOLANO, 1998, p. 20).

Nesse sentido o professor deve estar preparado para receber a criança com autismo criando uma relação de confiança, com apoio da instituição e dos pais, adaptando as atividades, auxiliando as interações sociais e aplicações didáticas, portanto estabelecer vínculo com a família no processo de escolarização, se torna imprescindível para o desenvolvimento cognitivo e o aprendizado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou apresentar como ocorre a inclusão da criança com Transtorno do Neurodesenvolvimento do Espectro conhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular, possibilitando recursos para aprimorar a aprendizagem.

Ao incluir a criança com TEA no ensino regular, a escola promove interação, motivando o contato social e superando suas limitações em relação à linguagem, à interação social e à aprendizagem, tendo o professor um papel importante neste processo.

O desenvolvimento da criança acontece diariamente desde que seja apropriado. Neste sentido ressalta Vygotsky. “Todas as crianças podem aprender e se desenvolver... As mais sérias deficiências podem ser compensadas com ensino apropriado, pois, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental” (COSTA, 2006, p. 234).

Portanto a inclusão da criança com necessidade especial no ensino regular se faz necessário para que ela se adapte neste ambiente e avance na aprendizagem. Também a equipe multidisciplinar é indispensável para acolher e auxiliar este aluno neste processo de aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-V)**, Fifth Edition. Arlington, VA, American Psychiatric Association, 2013.

BRASIL. Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.



Brasil. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na educação básica**. Brasília: MEC, 2001.

CARTOLANO, M. T. P. **Formação do educador no curso de Pedagogia: Política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** In: Cadernos Cedes. A nova LDB e as necessidades educativas especiais, n. 46 ano XIX. Campinas, SP: Unicamp, 1998, p. 29 – 40.

COSTA, Dóris Anita Freire. **Superando limites: a contribuição de Vygotsky para a educação especial**. *Rev. psicopedag.* [online]. 2006, vol.23, n.72, pp. 232-240. ISSN 0103-8486.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

GUERRA, I. C. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso**. Princípios Editora: Estoril, 2006.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS: **DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

ORRÚ, E. S. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

PAULON, S. M.; FREITAS, L. B. L.; PINHO, G. S. **Documento subsidiário à política de inclusão – Brasília** : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

PLANALTO. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm). Acesso em: 01 nov. 2022.

ROZEK, M. **A educação especial e a educação Inclusiva: compreensões necessárias**. Reflexão & Ação, Vol. 17, No 1, 2009.

SANINI, Cláudia; BOSA, Cleonice Alves. **Autismo e inclusão na educação infantil: Crenças e autoeficácia da educadora**. Estudos de Psicologia (Natal), v. 20, p. 173-183, 2015.

SILVA, A. B. B. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

Recebido em: 17 de novembro de 2022.

Aprovado em: 9 de dezembro de 2022.

Link/DOI: <https://doi.org/10.30681/repr.v14i2.11453>

---

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem (FACHLIN). Sinop, Mato Grosso Brasil.

E-mail: [gabriela.resende@unemat.br](mailto:gabriela.resende@unemat.br)